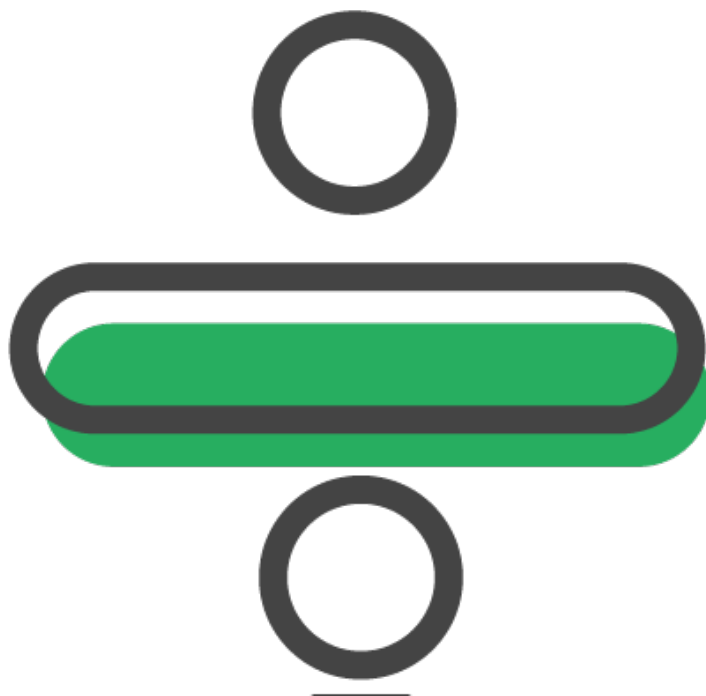


IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS



ÍNDICE

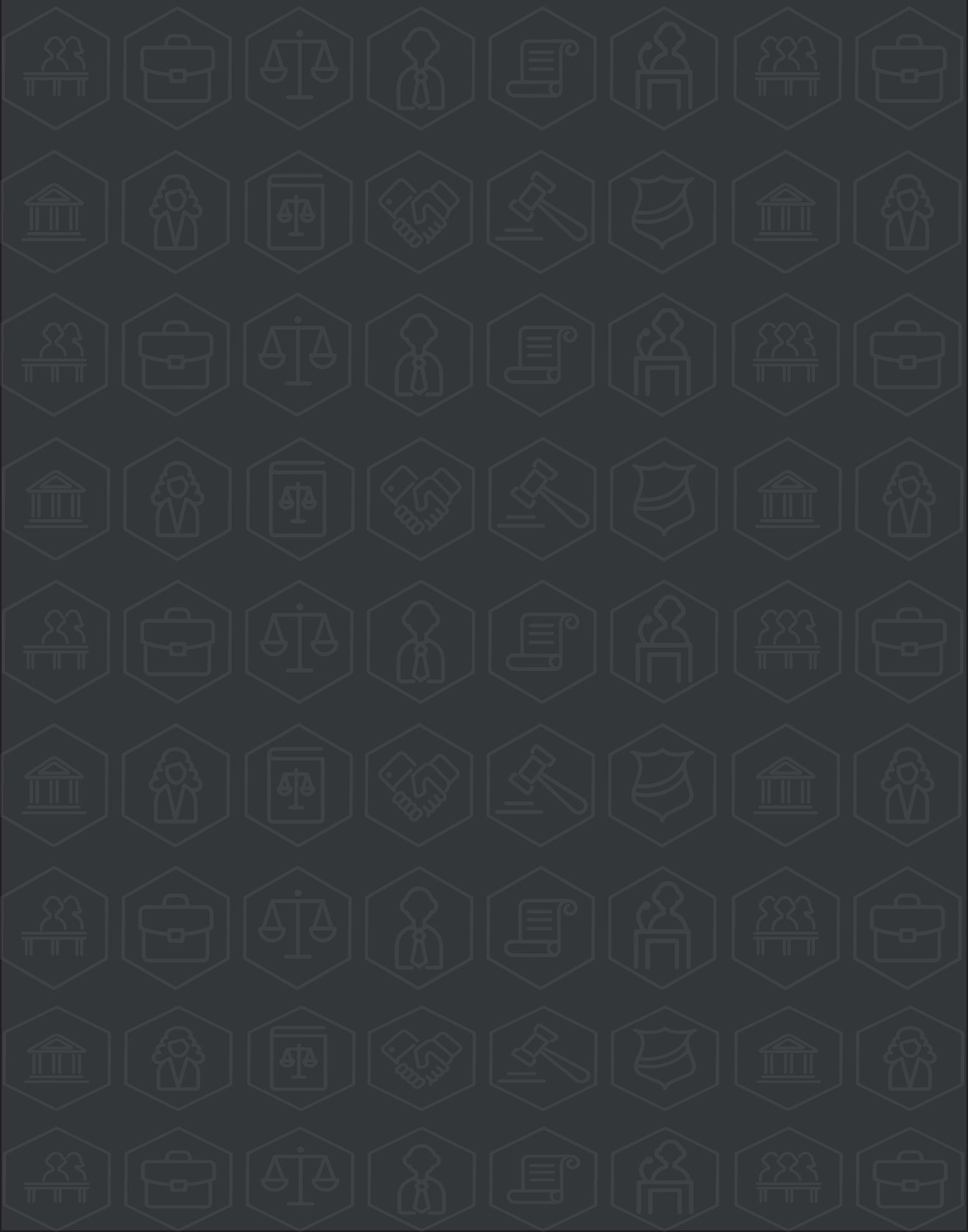
1. LIMITAÇÕES AO PODER DE TRIBUTAR	4
Aspectos gerais da limitação ao poder de tributar	4
Imunidades como limitações ao poder de tributar	4
2. IMUNIDADE: CARACTERÍSTICAS GERAIS.....	5
Introdução.....	5
Das Imunidades.....	6
3. IMUNIDADE RECÍPROCA.....	7
Noções Iniciais.....	7
Imunidade tributária recíproca extensiva	7
Exploração de atividades econômicas	8
4. IMUNIDADE RELIGIOSA	10
Considerações Fundamentais	10
Jurisprudência relevante sobre o tema	11
5. IMUNIDADES NÃO AUTOAPLICÁVEIS	12
6. IMUNIDADE DE IMPRENSA.....	14
7. IMUNIDADE MUSICAL.....	16
8. IMUNIDADES ESPECÍFICAS.....	17
IMUNIDADE DE TAXAS RELATIVAS A CERTIDÕES PARA DEFESA DE DIREITOS	17
IMUNIDADE NAS EXPORTAÇÕES.....	17
IMUNIDADE DO ITR.....	17
IMUNIDADE DE IMPOSTOS, EXCETO IOF, SOBRE O OURO ATIVO FINANCEIRO.....	17
IMUNIDADE DE ICMS.....	18
IMUNIDADE DE ITBI.....	18
9. IMUNIDADE DAS TAXAS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS	19
Introdução.....	19

Imunidade de taxas.....

19

Imunidade de contribuições sociais.....

20



1. Limitações ao Poder de Tributar

Aspectos gerais da limitação ao poder de tributar

A capacidade de tributar do Estado é um foco de tensão histórica entre os cidadãos e o poder constituído. Inúmeras revoluções ao longo da história (como a Revolução Francesa) se deram diante de um Estado que podia tributar sem limites preestabelecidos os seus nacionais, além de distribuírem imunidades para certas castas da sociedade. Dessa tensão deu-se uma nova formulação de Estado que não seria mais compatível com um poder absolutamente discricionário em matéria tributária.

O Poder de Tributar pode ser definido como uma parte do exercício da soberania do Estado, a prerrogativa de retirar parte do patrimônio dos seus cidadãos para manter a atividade estatal. Em um Estado Democrático de Direito, as normas constitucionais dão forma à este exercício do poder soberano e criam certas limitações - os chamados princípios.

Os princípios, de modo simplista, são ideias que dão base sistêmica para um ordenamento jurídico. No Direito Tributário, estão majoritariamente positivados na Constituição Federal, criando balizas e parâmetros para o legislador.

Portanto, o objetivo desses princípios é justamente evitar que o exercício da soberania estatal prejudique aqueles que dão legitimidade à sua existência - o povo.

Imunidades como limitações ao poder de tributar

Além dos princípios, as imunidades tributárias encontram-se como uma barreira à atuação do fisco, limitando o poder de tributar conferido ao Estado.

Elas são hipóteses nas quais o Estado não pode interferir para reter o patrimônio do particular, geralmente relacionadas ao cumprimento dos princípios constitucionais e das finalidades do Estado Democrático de Direito.

Por possuir essa relevância, as imunidades encontram-se positivadas na Constituição Federal como um comando negativo ao Estado - é vedado aos entes federativos estabelecer tributos sobre determinados fatos.

OPS....

Você está sem permissão para ver o conteúdo integral deste ebook.

Que tal assinar um dos nossos planos?

VER TODOS OS PLANOS

Imunidades Tributárias



www.trilhante.com.br

